

**APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A
ANÁLISE DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO
DA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA AMAZÔNIA***

**APUNTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA EL ANALISIS
DE LA DEGRADACIÓN DEL TRABAJO EN EL CONTEXTO DE
LA PRODUCCIÓN DE ENERGIA ELÉTRICA EN AMAZONIA**

**THEORETICAL-METHODOLOGICAL NOTES TO THE
ANALYSIS OF THE DEGRADATION OF LABOR IN THE
CONTEXT OF ELECTRICITY PRODUCTION IN THE AMAZON**

José Alves¹
Antonio Thomaz Júnior²

RESUMO

O Brasil se insere na temporalidade da crise estrutural do capital neste início de século XXI, vivenciando um processo intenso de reorganização do capitalismo nacional, denominado de “Novo Desenvolvimentismo”. Dentre as estratégias do Estado há a retomada do planejamento nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, sendo o PAC o programa articulador, como no caso da política de infraestrutura energética. É nessa conjuntura que a Amazônia se reinsere como a nova fronteira hidroenergética a partir da mercantilização da natureza (corpos hídricos) em territórios do hidronegócio-energético, como as Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Complexo Hidrelétrico Madeira (RO). Tal tema é abordado no artigo, que apresenta reflexões e apontamentos teórico-metodológicos para a análise da degradação e superexploração do trabalho na indústria de produção de energia elétrica na Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia, Trabalho, UHE de Jirau.

RESUMEN

El Brasil se encuentra temporalmente incluido en la crisis estructural del capital del comienzo del siglo XXI, viviendo un proceso intenso de reorganización del capitalismo nacional, denominado “Nuevo Desarrollismo”. Una de las estrategias del Estado ha sido retomar la planificación en los gobiernos, tanto en el mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como en el de Dilma Rousseff, y el PAC su programa articulador, como en el caso de la política de infraestructura energética. Es en

* O presente texto foi publicado originalmente na Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente, Ano 8, Vol. XIV, Nº 1, Jan-Jun., 2015 a convite do Conselho Editorial.

A divulgação na Revista Pegada justifica-se pelo seu enfoque sobre o mundo do trabalho. O artigo apresenta reflexões teórico-metodológicas desenvolvidas na tese de doutorado intitulada “As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): Degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia”, defendida em maio do ano de 2014 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, câmpus de Presidente Prudente (SP), sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

¹ Professor do Curso de Geografia da UFAC; Doutor em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP), com bolsa Prodoutoral/CAPES. Membro dos Grupos de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT) e Grupo de Estudo em Produção do Espaço na Amazônia (GEPEA). bairral@hotmail.com

² Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da FCT//UNESP/Presidente Prudente. Pesquisador PQ/CNPq; Coordenador do CEGeT. thomazjr@gmail.com

esta coyuntura que la región Amazónia surge como la nueva frontera hidroenergética a partir de la transformación y de la mercantilización de la naturaleza en territorios del hidronegocio energético, como las UHEs de Jirau y Santo Antonio, en el Complejo Hidroeléctrico Madera (RO). Esta cuestión se aborda en el artículo, que presenta reflexiones y apuntes teórico-metodológicos para el análisis de la degradación y sobreexplotación del trabajo en la industria de producción de energía hidroeléctrica en la Amazonia.

Palabras clave: Amazonia. Trabajo. UHE de Jirau.

ABSTRACT

Brazil fits into the temporality of structural crisis of capital in this beginning of the XXI century, experiencing an intense reorganization of national capitalism, called "New Developmentalism". Among the State strategies is the resumption of planning in governments of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff, being PAC the articulator program, as in the case of energy infrastructure policy. It is at this conjuncture that Amazon reinstates itself as the new hydropower frontier from the commodification of nature (hydric bodies) in areas of hydrobusiness-energy, such as hydroelectric power plants of Jirau and Santo Antônio, in the Madeira (RO) hydroelectric complex. This issue is addressed in the article, which presents theoretical and methodological reflections and notes for the analysis of the degradation and overexploitation of labour in the industry of electric power production in the Amazon.

Keywords: Amazon, labour, Jirau Hydroelectric Power Plant.

INTRODUÇÃO

Este texto foca a inserção da Amazônia na dinâmica de acumulação do capital nacional e internacional, como a nova fronteira hidroenergética nesse início de século XXI. O mesmo tem atenção especial para a atuação do Estado, na fase atual de desenvolvimento do capitalismo brasileiro denominada de “Novo Desenvolvimentismo” ou “Neodesenvolvimentismo”, de modo a evidenciar apontamentos teórico-metodológicos para a análise do mundo do trabalho.

Objetiva-se contribuir com a análise da superexploração do trabalho, via formas de degradação, precarização, terceirização, intensificação da jornada, acidentes de trabalho e questões relacionadas à saúde do trabalhador no setor de produção de energia hidrelétrica, com a construção de Usinas Hidrelétricas (UHEs). Vale destacar que não vislumbramos indicar um roteiro para a análise do tema, mas demonstrar reflexões e opções teóricas e metodológicas que contribuíssem para desvendarmos a superexploração do trabalho nos territórios do hidronegócio-energético do Complexo Hidrelétrico Madeira, no estado de Rondônia, a partir da UHE de Jirau.

DA PROBLEMATIZAÇÃO AO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO

Um ponto chave para a compreensão e crítica dos processos de superexploração dos trabalhadores na indústria de produção de energia elétrica na Amazônia, de modo mais direto, bem como do projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para infraestrutura hidroenergética, de modo indireto, são os episódios conhecidos como as Revoltas dos trabalhadores de Jirau. Estas intensas manifestações envolvendo trabalhadores no canteiro de obras da UHE ocorreram em março de 2011 e abril de 2012.

Desse modo, embora os desdobramentos da maior revolta de trabalhadores da história recente do Brasil necessitem de muitos estudos, pois somente assim se poderá ter a dimensão dos seus significados para a classe trabalhadora, nossas análises e reflexões intencionam contribuir com esse debate. É nesse cenário de relações complexas que os processos territoriais e os conflitos de classe se explicitam, não só pelas questões ambientais, sociais, culturais, políticas, mas principalmente à transversalidade que estabelece com o trabalho.

Desvendar os complexos processos que envolvem a classe trabalhadora frente às investidas do capital nacional e internacional em grandes obras de produção de energia na Amazônia, no caso na UHE de Jirau, foi condição primordial para a análise da dinâmica territorial do trabalho, suas manifestações objetivas e subjetivas, bem como novas ambiências diante da superexploração do trabalho, da pilhagem e mercantilização da natureza.

Desse modo, para compreendermos o papel da região amazônica como a nova fronteira hidroenergética nacional e espaço de acumulação do grande capital, as mediações escalares de espaço-tempo exigem o debate no contexto da atual inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, bem como o papel da Amazônia neste processo. Ou seja, seu lugar, se assim pode-se dizer, também nessa divisão territorial do trabalho, o que necessariamente deve ser pautado em uma discussão de fundo que permita debater a questão hidroenergética nacional e o Brasil no quadro da crise estrutural do sistema metabólico social do capital (MÉSZÁROS, 2007).

Em termos territoriais, há um complexo de lógicas e intencionalidades (SANTOS, 2002) que podem ser evidenciadas nas ações governamentais do “Novo Desenvolvimentismo”, a partir do “lulismo” (SINGER, 2011) e do PAC, de tornar a Amazônia Legal a nova/velha fronteira hidroenergética nacional. Assim, como fronteira

em contínua expansão e processos reativados que a região ganha peso frente às iniciativas de grandes obras de infraestrutura referentes à indústria de produção e distribuição de energia elétrica no contexto do PAC em escala nacional.

Portanto, teríamos nesse contexto um intenso processo de mercantilização da natureza, em especial a água enquanto riqueza dos corpos hídricos, mas não só, tendo em vista a condição de “fronteira viva” da Amazônia diante da transformação da terra, da floresta e do subsolo em mercadoria, posto em ação sob o “Novo Desenvolvimentismo”, como também no discurso do “desenvolvimento sustentável”, da “economia verde” (PAULA e MORAIS, 2013) e do crescimento acelerado pós início da década de 2000. Logo, mantém-se como necessário o contínuo desvendar dos mecanismos que podem ser evidenciados pela ação do Estado brasileiro para que diferentes segmentos do capital (produtivo, comercial e financeiro/especulativo) passem a ter interesse na produção e distribuição de energia hidrelétrica na Amazônia.

Em suma, um problema que preocupa nossas reflexões é o desvendar e a análise de qual o papel da mercantilização da natureza e do trabalho vivo para a produção de energia na Amazônia, nas condições objetivas das políticas públicas de infraestrutura do PAC e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Tais questões foram debatidas no trabalho de doutorado (ALVES, 2014), mas permanecem na agenda de reflexões frente ao destrutivismo do modelo de desenvolvimento do capital, como a crise ecológica sofrida na região do rio Madeira no início do ano de 2014, decorrente de uma cheia histórica no grande rio e potencializada pelas UHEs, a qual teve forte rebatimento, na cidade de Porto Velho, mas também em comunidades ribeirinhas, de pescadores, tanto no estado de Rondônia como em território boliviano. Além disso, houve o isolamento do estado do Acre por um longo período devido à interdição da BR-364, chegando a colocar em risco o abastecimento e a segurança alimentar da população acreana. Ou seja, questões não levadas a contento pelo licenciamento e os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/Rima) das UHEs de Jirau e Santo Antônio, o que acabou gerando a necessidade de uma revisão dos estudos tendo em vista a fragilidade dos mesmos. Não considerou-se a bacia do rio Madeira em sua totalidade, mas os mesmos estudos ambientais foram aprovados para que os cronogramas de tais obras não fossem atrasados. Prevaleceu, portanto, a ação econômica e política para a execução dessas megasusinas hidrelétricas.

A partir dessas questões, o desafio é compreender a dinâmica territorial do capital e do trabalho em grandes obras de produção de energia hidrelétrica na Amazônia,

tendo como cenário os imperativos destrutivos do capital na degradação da natureza e na precarização e superexploração do trabalho. O debate nesse ponto, além de ser respaldado na categoria trabalho, como central e fundante no sistema sócio-metabólico do capital, exige um arcabouço que referencie o espaço geográfico, o território, a região, a paisagem e o lugar, elementos-chave que permitam entender as tramas complexas de relações no processo de mercantilização da natureza, na mobilidade e superexploração do trabalho e nas formas de neobarbárie postas em prática pelo “Novo Desenvolvimentismo” no Brasil.

Assim, o Complexo Hidrelétrico Madeira (Figura 01), formado pelas UHEs de Jirau e Santo Antônio, conta também em seu planejamento com o projeto de uma UHE na fronteira do Brasil com a Bolívia, e outra em território boliviano, empreendimentos que permitiriam o prolongamento em todo este trecho do rio Madeira de uma hidrovía ligando essa importante região para o processo de acumulação do capital no momento atual. Portanto, poderíamos identificar o CHM como a ponta de lança de uma estratégia duradoura de (re)inserção da Amazônia para as demandas de energia hidrelétrica para o grande capital, tendo como base o Estado nacional enquanto fomentador desse processo.



Figura 01: Localização das UHEs do Complexo Madeira (RO) no Estudo de Viabilidade
Fonte: Estudo Viabilidade (2004, p. 14).

Como essas obras induzem intensa mobilidade, não só do capital, mas também da força de trabalho, a análise territorial destas dinâmicas possibilita desvendar quais as formas de controle e da nova ambiência de luta e rebeldia, expressas nos conflitos de classes, como as revoltas dos trabalhadores na UHE de Jirau ocorridas nos anos de 2011 e 2012.

Assim, em termos objetivos, as revoltas de trabalhadores de Jirau seriam resultado dos processos contraditórios da expressão territorial da neobarbárie evidenciada com o projeto do “Novo Desenvolvimentismo”, via PAC, de (re)incorporação da Amazônia como a nova fronteira hidroelétrica. Portanto, as revoltas de trabalhadores de Jirau ocorreram por descumprimento à legislação trabalhista, como decorrência de um intenso processo de intensificação da exploração e degradação do trabalho, pelo uso generalizado da terceirização e tentativa de antecipar a produção de energia elétrica a ser gerada na UHE, como prerrogativa para a redução de custos na construção do empreendimento (ALVES, 2014).

Partindo do pressuposto conceitual da constituição da classe trabalhadora (THOMAZ JÚNIOR, 2009) e os trabalhadores do setor da construção civil pesada na indústria de produção de energia hidrelétrica como sujeitos centrais, os episódios das revoltas de Jirau nos ajudam a entender o papel destes sujeitos no questionamento tanto no âmbito econômico, de modo direto, mas também político, das tramas de relações e formas de poder e controle empregadas no “Novo Desenvolvimentismo”, postas em prática pelo Estado burguês brasileiro a favor do grande capital. Pode-se assim endossar a ideia de que estar-se-ia transformando a região amazônica na nova fronteira hidroenergética, via mercantilização dos corpos hídricos em recurso energético e como condição para isso recorre-se à superexploração do trabalho!

Além das formas de resistência que deixam o conflito de classes latente, há uma série de instituições e organizações que contraditoriamente se impõem à lógica destrutiva da construção da UHE de Jirau, defendendo os direitos à reprodução social de camponeses, ribeirinhos, comunidades tradicionais, indígenas e dos trabalhadores. Portanto, é na contradição viva do capital, do Estado e do trabalho que o papel e as atuações do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério Público Federal (MPF), da Justiça do Trabalho, dos governos estadual e federal, do Sindicato da construção civil e dos Movimentos Sociais foram compreendidos e analisados.

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NO ÂMBITO DA PESQUISA QUALITATIVA E DA GEOGRAFIA DO TRABALHO

Os conflitos abordados anteriormente são aqui entendidos como expressão dos antagonismos e fissuras do sistema sócio-metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2006; 2007; e 2009).

Tal entendimento no campo epistemológico e político exige uma construção/desconstrução na medida em que isso ocorre com o objeto investigado, no nosso fazer geográfico e na práxis como professores e pesquisadores. Assim sendo, se o pesquisador se constitui no processo e ao se constituir também enriquece o processo de produção do saber geográfico, explicitamos que não buscamos desenvolver uma reflexão neutra, mas com um posicionamento político crítico. Ou seja, não há neutralidade nesta relação tendo em vista a perspectiva de desvendar as amarras de dominação e controle do trabalho pelo capital e pelo Estado no objeto em foco.

Esse passa a ser um desafio no entendimento do método para além de uma leitura positivista na qual os antagonismos de classes prevalecem na ordem sociometabólica estabelecida nas formas hierárquicas estruturais de controle do trabalho, via mediação de segunda ordem no sistema do capital (MÉSZÁROS, 2006). Há também a forma alienada da mediação de primeira ordem entre homem e natureza a partir da propriedade privada, do intercâmbio, da divisão hierárquica do trabalho, no trabalho assalariado “fetichizado e alienado” (MÉSZÁROS, 2007; ANTUNES, 2011).

Portanto,

[...] com a superposição das mediações de *segunda ordem*, as *mediações de primeira ordem* são metamorfoseadas e subordinadas aos imperativos da reprodução do capital, sendo que as suas funções genuinamente produtivas e de controle do processo de trabalho social separaram radicalmente aqueles que *produzem* daqueles que *controlam*. O trabalho alienado tornou-se, então, a forma de trabalho dominante e imprescindível para a valorização do capital (ANTUNES, 2011, p. 80, grifos no original).

Ainda segundo o autor supracitado, as mediações de segunda ordem (estruturadas no valor de troca), constitutivas do sistema de metabolismo social do capital, têm como núcleo central o tripé capital, trabalho e Estado, ambas inter-relacionadas e fundamentais para o sistema, as quais mantêm as formas de controle social sobre o trabalho, conservando as formas de fragmentação e impedindo a emancipação social em relação ao capital.

No desvendar e enfrentamento dessas tramas que a teoria marxista como “*o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal qual como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”, é base para a reflexão. Em decorrência disso a teoria é, para Marx, “*a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 20-21, grifos no original).

A construção de conhecimento da dinâmica e estrutura do objeto deve ir além do nível da aparência da realidade, embora se parta dele, mas deve-se chegar e apreender a essência, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto.

Desse modo:

Numa palavra, *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador *reproduz* no plano do pensamento; mediante a pesquisa visualizada pelo método, o pesquisador *reproduz*, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2011, p. 22, grifos no original).

O processo de construção de conhecimento para se chegar à síntese da essência do objeto investigado passa obviamente pela relação que o sujeito investigador tem com o seu objeto, o investigado. Como já indicado, “a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de ‘neutralidade’” (NETTO, 2011, p. 23).

O papel do sujeito que investiga então não é mecânico, de se colocar como observador e mapear o objeto em sua aparência e o reproduzir em seu pensamento. Ou seja, como afirma Netto (2011, p. 25), o papel desse sujeito é totalmente ativo para apreender não a aparência ou a forma dada do objeto, mas sua essência, a sua estrutura e sua dinâmica, devendo o mesmo “mobilizar o máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los [...]”. Citando Marx afirma que “o sujeito tem que apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas”.

Parte-se, assim, do exercício em construção da relação sujeito/objeto, no qual a fundamentação no método tem como base o entendimento da totalidade da sociedade burguesa atual e sua crítica radical às formas de mediações de segunda ordem do sistema de metabolismo social do capital em detrimento das mediações primárias, “condições necessárias para todas as formas viáveis de reprodução social” (MÉSZÁROS, 2009, p. 192).

Em decorrência disso, tendo como base a totalidade do sistema do capital, por intermédio das mediações de segunda ordem particularizadas, há tramas de relações em múltiplas instâncias que necessitam ser reveladas para trazer à tona as fissuras contraditórias e as ações e esforços emancipatórios de homens e mulheres que se expressam (i)materialmente no território.

A materialidade das lutas no território constitui-se nas mais variadas formas de territorialidades do capital, bem como de dinâmicas territoriais do trabalho que o alimenta e a ele são subordinados por estruturas hierárquicas de dominação e poder. Mas também os sujeitos sociais resistem, se rebelam e se revoltam contra essas formas de controle do trabalho e da natureza para a reprodução ampliada do capital.

É neste caminho teórico-metodológico que para operacionalizar a construção do conhecimento recorreremos a instrumentos e técnicas de pesquisa qualitativa, das quais, para a Geografia, a pesquisa de campo, ou Trabalho de campo, é uma ferramenta fundamental para se compreender as dinâmicas do “real concreto”.

A pesquisa de campo/Trabalho de campo é considerada uma atividade de grande relevância na pesquisa qualitativa em ciências humanas, como na sociologia, nas ciências sociais, na geografia e ciências afins. Na ciência geográfica este importante instrumento de análise faz parte do próprio desenvolvimento da disciplina, tendo em vista sua condição chave desde a chamada geografia clássica, na qual a descrição das paisagens e regiões permitia compreender a integração/interação dos elementos humanos e da natureza nos arranjos espaciais.

Todavia, a pesquisa de campo não se restringe a um certo momento da história da Geografia, mas permanece como ação relevante e basilar para conhecer e analisar o “real concreto”. Como afirma Thomaz Júnior (2005), a práxis do Trabalho de campo deveria se dar como disciplina regular no tronco comum dos Cursos de Graduação em Geografia, tendo em vista ser o “Trabalho de Campo o laboratório por excelência do geógrafo”.

Ainda segundo o autor supracitado, a pesquisa de campo (Trabalho de campo) permite entender a territorialidade dos temas de investigação, a concretude em suas singularidades “no movimento de entrecruzamento das mediações das relações sociais de trabalho e de produção – os sujeitos da história - (particularidades), com a sociedade brasileira e mundial – rumo à espacialidade do modo capitalista de produção (geral)” (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 35). Portanto, a partir da pesquisa de campo, temos na paisagem e no território o “real concreto” fruto da “contradição social territorialmente

expressa (o espaço)”, já que se consideram as relações sociais que mediatizam o movimento contraditório da sociedade de classes em seus processos espaciais.

Em tal perspectiva, a partir da pesquisa de campo o pesquisador avança no movimento dialético do conhecimento na relação teoria-empírico, do “real concreto” ao “concreto em pensamento”. E a partir do conhecimento geográfico (paisagem, território e espaço), e desta perspectiva das mediações do conhecimento, se permitiria também avançar na relação entre essência e aparência, na qual sujeito e objeto podem “dialogar” no mesmo movimento contraditório e dialético das relações sociais e espaciais.

Sob tal enfoque que a pesquisa de campo permitiu a investigação de processos territoriais em sua temporalidade recente, ainda em movimento no espaço-tempo, como investigado com a expansão dos territórios do hidronegócio-energético na Amazônia (ALVES, 2014), como o CHM no estado de Rondônia. Assim, os trabalhos de campo permitiram conhecer as disputas e lutas de classes no território em mutação, onde o capital, ao se territorializar, desterritorializa camponeses, populações tradicionais e ribeirinhos, mas mesmo com os projetos de “reassentamento” das populações atingidas pelas UHEs não se permite de fato a reterritorialização de tais sujeitos, já que o desterreamento e a expropriação dos mesmos em relação à ambiência do rio não pode ser reconstruída pelo capital.

Permitiu também avançar e entender as formas de mobilidade e migração dos trabalhadores em escala nacional para os megaprojetos hidrelétricos do rio Madeira, bem como descortinar as tramas de relações de controle e superexploração do trabalho nos canteiros de obras das UHEs de Jirau e Santo Antônio.

No levantamento de dados e informações primárias, a pesquisa de campo permitiu o conhecimento empírico das áreas de estudo, com registros fotográficos e aplicação de entrevistas (semi-estruturadas e livres) com os seguintes sujeitos e órgãos públicos: o MPT-RO, o MTE-RO, o MPF-RO e o MPE-RO; com trabalhadores da UHE de Jirau; com representantes do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia (STICCERO); com representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); com representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Comissão de Justiça e Paz; Pastoral do Migrante. Além disso, destaca-se a participação em atividades, como: 9ª Romaria da Terra de Rondônia, no ano de 2011; Seminários Temáticos; participação em audiências entre representantes de empresas e Consórcios Construtores das UHEs e Procuradores do MPT-RO; audiência de Dissídio Coletivo de Greve, no ano de 2012, entre

Justiça do Trabalho do Estado de Rondônia, MPT, STICCERO, Comissão de Trabalhadores e Consórcios.

Portanto, é na perspectiva teórico-metodológica e política apresentada que a pesquisa qualitativa nos subsidiou para enfrentarmos as dificuldades de conhecer o objeto pesquisado. Entre tais dificuldades vale destacar os seguintes pontos:

a) Como a pesquisa do tema faz parte de uma totalidade na qual o conflito e antagonismos de classe são latentes, com expressões de relações de poder intrínsecas, mas nem sempre visíveis, entre capital, trabalho e Estado, exigiu no acesso às informações procedimentos estratégicos, pois muitas informações foram estrategicamente ocultadas pelas empresas, consórcios e alguns órgãos públicos;

b) Isso pode ser explicitado em relação ao capital, por não permitir o acesso aos canteiros das obras da UHE de Jirau, mesmo sendo um empreendimento com financiamento e significativa participação pública. Entrar em Jirau foi um dos maiores desafios, pois as portas são fechadas para a pesquisa crítica. Só conseguimos adentrar naquele universo a partir de atividades correlatas como acompanhando ações de órgãos públicos e organização de trabalhadores, como o sindicato, que nos permitiu acompanhar as ações realizadas junto aos operários;

c) Outro elemento complicador foi quanto à segurança, já que mesmo sabendo de relatos de trabalhadores e do próprio Sindicato quanto à ação de uma “milícia” na obra e em locais onde os trabalhadores são alojados, como hotéis, não imaginávamos que seríamos alvo de pressão para a realização do trabalho de pesquisa;

d) Quanto aos trabalhadores, a maior dificuldade na pesquisa foi em relação à confiabilidade para que as informações a nós relatadas não fossem usadas contra os mesmos, que não tivessem suas identidades reveladas com medo de repressão por parte das empresas. Neste ponto, vale o compromisso ético com os entrevistados, com esclarecimento do objetivo da pesquisa, qual a função do pesquisador, para qual fim serão usadas as informações e que as identidades dos mesmos sejam preservadas quando da divulgação da pesquisa. Ou seja, assumir uma conduta ética com o entrevistado é o ponto-chave para romper a barreira da desconfiança e permitir ao pesquisador a permissão dos entrevistados para que as conversas possam ocorrer;

e) Ainda nesse sentido, a diversificação de metodologias da Pesquisa Qualitativa, como planos de entrevistas semi-estruturadas e livres, e não o questionário, permitiu estabelecer um diálogo mais livre com os entrevistados, em especial os trabalhadores;

Outro momento importante refere-se à organização das entrevistas realizadas. Para tanto, uma possibilidade adotada foi a metodologia proposta por Graham Gibbs (2009) para a análise de dados qualitativos. Assim, o primeiro cuidado foi na organização do banco de dados e, para tanto, a preparação dos dados teve que ser planejada. Optou-se por transcrever integralmente todas as entrevistas gravadas, o que demandou tempo e exigiu muita dedicação. Isso porque além de transformar o material digital em texto, envolve também um processo de interpretação já que a fala não é uma prosa gramatical, como enfoca Gibbs (2009).

A transcrição completa de todas as entrevistas é a estratégia para manter a fidelidade da fala para o texto, sem mudar a estrutura do dito, embora em alguns momentos se deva lapidar os pontos vagos, difusos e os vícios de linguagem dos entrevistados para dar fluidez ao texto. Também pode-se adotar a minutagem da transcrição das entrevistas, para caso seja necessária uma consulta posterior a certas passagens do áudio. A minutagem acontece em um período de tempo (minuto a minuto), ou sempre que haja mudança de assunto ou ponto relevante nas entrevistas. Várias ideias e articulações surgem nesse momento importante de organização do material primário e constituição do banco de dados de fonte oral (THOMPSON, 1992).

Além da transcrição das entrevistas, os diários dos trabalhos de campo também se constituem outro instrumento metodológico, nos quais as anotações soltas e sem relação entre elas, redigidas no momento da investigação empírica, são organizadas, permitindo uma análise inicial, inclusive após o término de cada dia de trabalho. Duas estratégias se mostram importantes: as Notas e os Memorandos. As Notas são mais curtas e descritivas, já os Memorandos são mais extensos e com análises preliminares entre fatos, dados e conceitos.

Com o avanço no tratamento das informações de fonte oral, respaldados em Gibbs (2009) e Thompson (1992), tem-se a fase da codificação, forma usada pelo pesquisador sobre o que se tratam os dados em análise. Esta envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de textos ou outra fonte de dados, em que explicam a mesma ideia teórica e descritiva. Assim, pode-se identificar tais passagens no texto (transcrição, nota, memorando, etc.) e classificá-las com um nome para esta ideia, o que se denomina de um “código”.

Sendo assim, todo o texto, entre outros elementos, que se refere à mesma coisa ou explica a mesma ideia é codificado com o mesmo nome. A codificação é uma forma de indexar ou categorizar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele. (GIBBS, 2009, p. 60).

Para realizar a categorização das entrevistas, após a transcrição e revisão das mesmas, uma boa opção é a impressão de todo o material (em nossa pesquisa as entrevistas transcritas totalizaram 545 páginas), e posteriormente procedemos ao processo de definição dos códigos para a categorização e análise com base nos objetivos da pesquisa. Tendo os códigos/conceitos definidos, procede-se a uma nova leitura do material impresso e à marcação de decodificação, usando canetas coloridas para cada código/categorização; pode-se indicar nas margens do texto a que se refere cada passagem e como esta se insere na estrutura da análise qualitativa e na proposta do plano de redação do texto.

A categorização/codificação foi realizada a partir dos códigos (palavras-chave) selecionados com base nos conceitos, categorias, temas e teoria-método da pesquisa, conforme o organograma a seguir (FIGURA 02). Ilustramos as formas de mediações para conhecer parte do tema em estudo, ou seja, analisar a centralidade do trabalho em uma grande obra de produção de energia, articulada à lógica sociometabólica do capital, financiada e respaldada pelo Estado, e como o capital cria mecanismos os mais perversos para subordinar e controlar o trabalho. Em suma, evidenciar quais os mecanismos postos em prática pelo capital e o Estado para a superexploração do trabalho, bem como tenta-se representar em termos conceituais as mediações e contradições no conflito e luta de classes.

Foram elaborados seis eixos temáticos para a categorização das entrevistas, sendo:

a) **O processo de trabalho:** destacamos o vínculo de emprego (ativo/inativo) do entrevistado com as empresas na UHE de Jirau; função/profissão; tempo na obra; forma de contratação (terceirização, Consórcio, empresa de construção civil, empresa eletromecânica etc.); período de trabalho; rotina laboral; relações hierárquicas; horas extras; jornada e formação de equipe;

b) **Mobilidade/migração:** origem do entrevistado; motivo do deslocamento; função exercida antes do emprego atual; tempo como barrageiro; forma de contratação (agenciamento “gato”, Sistema Nacional de Emprego (SINE), empresas); o deslocamento; a adaptação na obra; a família; desenraizamento; avaliação da experiência como migrante;

c) **Condições de trabalho:** salário; diferenças entre terceirizadas, empreiteiras e grandes empresas; condições de trabalho na obra conforme função; desvio de função; segurança; meio ambiente de trabalho (alojamento, alimentação, condições sanitárias, lazer etc.); transporte; saúde; acidente de trabalho; opressão; insegurança; assédio moral; “baixada” – visita familiar;

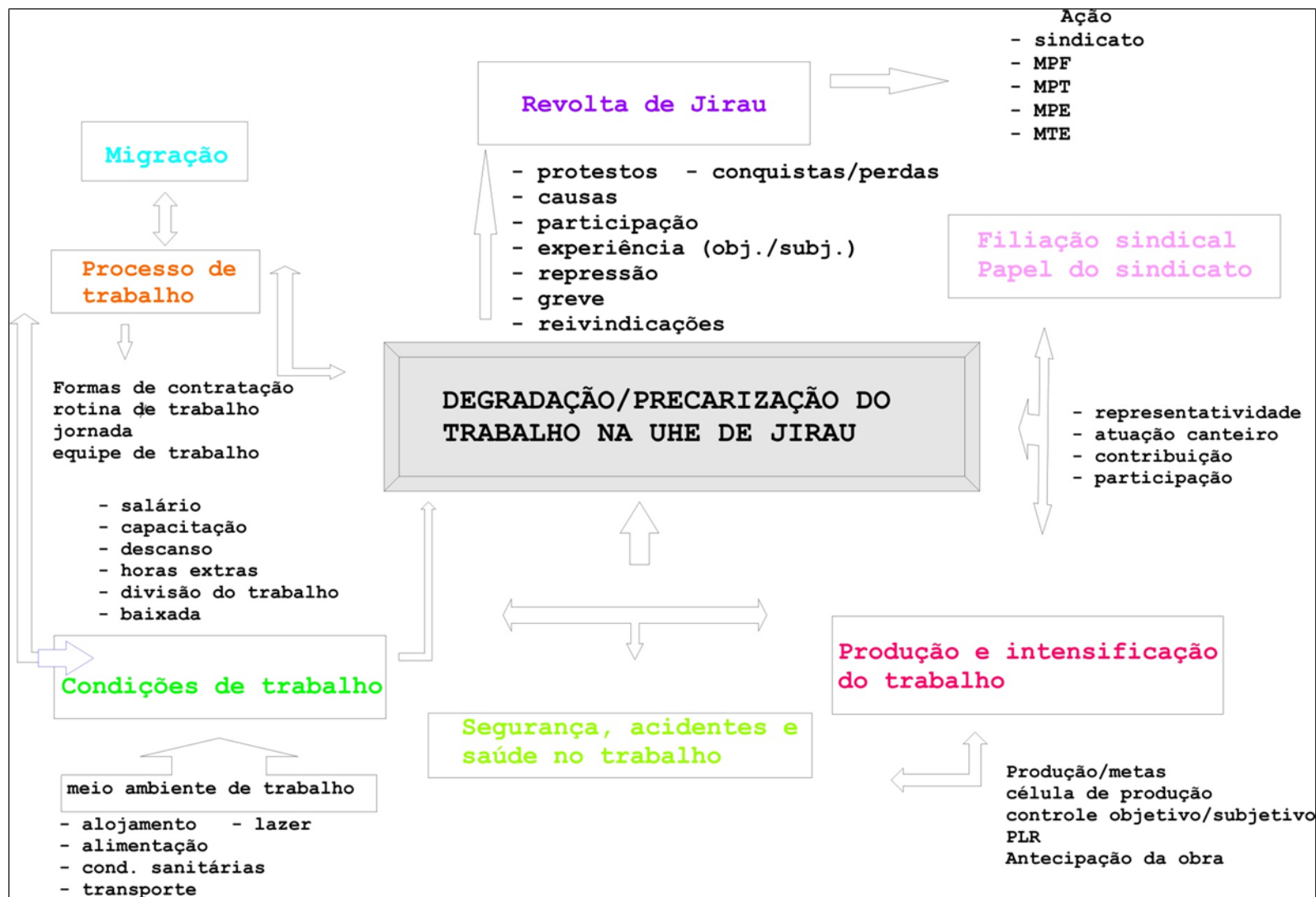


Figura 02: Categorização conceitual das entrevistas
 Elaboração: Os autores.

d) **Produção e intensificação do trabalho:** expansão da jornada (aumento das horas trabalhadas/horas extras; redução do tempo de descanso entre jornada e de intervalo de almoço); formas de mais trabalho; trabalho por produção/meta; a “célula de trabalho”/equipe de trabalho; pressão objetiva e subjetiva; antecipação da obra; Participação nos Lucros e Resultados (PLR); formas de controle no ambiente laboral;

e) **Filiação sindical/papel do sindicato:** importância do sindicato; representatividade; atuação nos canteiros; contribuição; participação em assembleias; críticas;

f) **Revoltas em Jirau:** causa/motivo da luta; os conflitos; paralização/greve; participação na luta; a experiência (objetiva e subjetiva); repressão (Força Nacional de Segurança Pública, Polícias Militar, Civil e Federal) e ação do capital; discurso de “vandalismo” *versus* luta; perdas; conquistas; atuação do MTE, MPT, MPF/MPE, STICCERO; retorno para casa; demissões; reivindicações; o pós revolta e consciência da luta.

O procedimento de decodificação, interpretação e análise das entrevistas por códigos/palavras-chave/tema/conceito, permite criar certa hierarquia entre os mesmos, pois como demonstramos, se partirmos hierarquicamente do nível mais simples (palavras-chave) chegamos aos temas e ideias centrais que permitem analisar os conceitos e as categorias como degradação/precarização do trabalho, mobilidade espacial, território, disputas e conflitos de classe no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já enfocado, a pesquisa que fundamentou essa reflexão partiu da hipótese de que a região amazônica, enquanto nova fronteira hidroenergética, constitui-se em uma valiosa reserva do Estado brasileiro para a implementação da política de infraestrutura energética. Os vastos corpos hídricos com potencial energético, combinação cobiçada pelo capital potencia o setor elétrico situação privilegiada diante da condição estratégica para se expandir na Amazônia. Porém só o faz conciliando a disposição significativa da força de trabalho para uso intensivo e extensivo para a construção das UHEs, como é o caso de Jirau, condições essas que são postas pelo “Novo Desenvolvimentismo”.

Mas o controle da força de trabalho pelo capital não ocorre sem resistência e rebeldia. As revoltas de trabalhadores na UHE de Jirau são, portanto, entendidas por nós como formas de luta e de resistência que irrompem os mecanismos de superexploração que o capital faz da força de trabalho, em um certo tempo e espaço. Com isso, as revoltas mostram as fissuras dos mecanismos de controle do trabalho e também permitem questionar a política pública de

infraestrutura hidroenergética do PAC e do “Novo Desenvolvimentismo”, materializada em sua expressão de degradação do trabalho em condições de neobarbárie vistas na Amazônia no momento atual.

Esse é o contexto da neobarbárie enquanto revelação do destrutivismo imanente do “Novo Desenvolvimentismo”, que avança para além dos canteiros das UHEs, pois a flexibilização dos licenciamentos ambientais e a forma atropelada como a construção dos empreendimentos aumentam o caos destrutivo e o desterramento de populações camponesas, ribeirinhas e extrativistas. Isto é, o trabalhador desterritorializado junta-se aos milhares de migrantes empregados em tais obras.

A neobarbárie também atinge a cidade de Porto Velho e distritos como de Jaci-Paraná e Nova Mutum-Paraná e, portanto, o trabalho é atingido pelo capital no campo e na cidade, na floresta e na ambiência do rio. Estamos, assim, diante do trabalho fragmentado, entre atingidos e explorados na construção civil e montagem eletromecânica nas UHEs, bem como impactados por essas obras, revelado no interior do ambiente do “Novo Desenvolvimentismo”, como imposição da estratégia para se construir UHEs na Amazônia.

Portanto, a expansão dos territórios do hidronegócio-energético na Amazônia demonstra o processo de mercantilização da natureza e a superexploração do trabalho na indústria da produção de energia elétrica. E, como processos em franco desenvolvimento, exigem do pesquisador um aparato teórico-metodológico na pesquisa crítica e que vá além da mistificação do progresso da ciência e da técnica, como as UHEs com reservatórios a fio d’água e turbinas bulbos. Necessita-se também a desconstrução do discurso falacioso do desenvolvimento sustentável por ser a energia hidrelétrica considerada equivocadamente como limpa, tendo em vista que assumir essa prerrogativa é desconsiderar o trabalho degradante e os impactos nesses territórios.

Consequentemente, é com base na reflexão crítica e comprometida com a transformação e emancipação social, que o respaldo na pesquisa qualitativa permite avançar no entendimento dos processos e dinâmicas territoriais do capital e da mobilidade do trabalho nesses espaços, dos quais os processos de produção e de trabalho relevam a lógica destrutiva e incontrolável do metabolismo societal do capital e suas particularidades no desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo brasileiro na fase do “Novo Desenvolvimentismo”.

REFERÊNCIAS

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** Degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP).

ANTUNES, Ricardo. O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação na obra de István Mészáros. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Orgs.). **Mészáros e os desafios do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2011.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Trad.: Roberto Cataldo Costa. Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição: Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ESTUDO de Viabilidade do AHE Jirau – Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. **Relatório Final (PJ-0519-V1-00-RL-0001).** Vol. I, Tomo II. [S.l]: PCE; Furnas; Odebrecht, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Trad.: Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** Trad.: Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULA, Elder Andrade de; MORAIS, Maria de Jesus. O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde. **Estudos de Sociologia: Dossiê Conflitos Ambientais e Territoriais.** Araraquara, v. 18, n. 35, p. 347-365, jul.- dez. 2013.

RIMA. **Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.** [S.l]: Furnas; Odebrecht, maio/2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI.** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009a. 499f. Tese. (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP).

_____. Trabalho de campo: O laboratório por excelência do geógrafo. In: _____. **Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos.** Presidente Prudente: Centelha, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Recebido em: 05/03/2015
Aprovado em: 10/08/2015